

“PÓS-TROIKA”: A AUSTERIDADE PERPÉTUA DO TRATADO ORÇAMENTAL



RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA - 25/1/2014

A proposta de orçamento retificativo é mais uma prova da natureza fraudulenta do discurso da coligação da direita. Enquanto semeia ilusões quanto ao fim do programa da troika, o governo anuncia novas medidas de aprofundamento do ciclo de crise e empobrecimento do país e das famílias. Sob o garrote do tratado orçamental europeu, o único resultado possível é o declínio do país.

1. ORÇAMENTO RETIFICATIVO

Se o chumbo da convergência das pensões pelo Tribunal Constitucional demonstra pela enésima vez a natureza de uma governação em permanente incompatibilidade com a lei fundamental da República, o orçamento retificativo agora apresentado torna evidente a mentira sistemática do governo sobre os cortes. O agravamento e extensão da Contribuição

Extraordinária de Solidariedade mostra que o governo volta a escolher como alvos os mais idosos. Para o Bloco, impõe-se que o Presidente da República solicite ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade do Orçamento Retificativo. Se esse pedido não se verificar, o Bloco de Esquerda compromete-se a tomar todas as medidas, através do seu grupo parlamentar, para a realização um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do Orçamento Retificativo.

Os reformados e os funcionários públicos contam com a solidariedade e a ação política do

Bloco de Esquerda no combate ao governo do roubo. Para o Bloco, é urgente a convergência das lutas destes setores com as que estão a ser desenvolvidas por muitos outros dos bolseiros de investigação científica aos profissionais e utentes do SNS, passando pelos trabalhadores dos municípios, dos transportes, etc. O Bloco empenhasse no campo da resistência social e na construção de uma alternativa política à austeridade.

2. O PÓS-TROIKA É A AUSTERIDADE PERPÉTUA

Portugal está a assistir ao início de uma das maiores operações de propaganda da sua história.

A coincidência entre o final do programa da troika e a campanha eleitoral das europeias é a oportunidade para o Governo produzir um colossal em-

buste político. À semelhança do que sucedeu com a Irlanda, cujos indicadores económicos e sociais não deixaram de degradar-se, com o desemprego sem freio e um êxodo massivo, o fim do prazo de intervenção da troika em Portugal é apresentado como um sucesso e o início de uma era de prosperidade e bonança.

Essa promessa é uma fraude, mas é sobre ela que a direita pretende avançar até às eleições europeias.

De facto, na Irlanda como em Portugal, o verdadeiro nome do “pós-troika” é Tratado

Orçamental. Terminada a vigência do atual memorando, o objetivo do poder financeiro europeu continua a ser a aplicação da austeridade draconiana, agora imposta a partir daquele Tratado.

Através dos limites aos défices nacionais, é já aprofundada na Irlanda a mesma receita de cortes e privatizações. Em Portugal não será diferente; um segundo “ajustamento”, com ou sem novo resgate, com ou sem um programa cautelar.

A confiança com que Passos Coelho parece encerrar o “pós-troika” explica-se pelos apoios importantes que este projeto de destruição reúne. Essa confiança assenta no acordo acerca da aplicação do Tratado Orçamental, ao qual voluntária e empenhadamente se amarrou António José Seguro e o Partido Socialista, que o aprovou no parlamento. Aliás, as proclamações federalistas do recente manifesto da Convenção Novo Rumo, sublinham a plena conformação do PS com a orientação da União Europeia que hoje estrangula Portugal. Outro negócio político que sustenta a estratégia de Passos Coelho é feito sobre as eleições presidenciais em Portugal, favorecendo Durão Barroso, chefe máximo de uma das instituições credoras. É com a força destes dois grandes acordos que o PSD parte para o seu congresso anunciando mais mercantilização das funções sociais do Estado e novos ataques à Constituição.

3. A manobra do PSD que o CDS contrariou, mas que podia ter impedido de forçar a aprovação no Parlamento de um referendo à co-adoção e adoção por casais do mesmo sexo, tentando mergulhar o país numa cruzada moral que sirva de cortina de fumo à grave crise que atravessamos, não só impediu de facto a aprovação final de uma lei que alargaria direitos fundamentais como demonstra o carácter conservador da maioria. O retrocesso é a marca deste Governo.

4. UMA SÓ SAÍDA DEMOCRÁTICA: ELEIÇÕES ANTECIPADAS

Neste contexto, o Bloco reafirma que quem nos trouxe à crise e nos lançou no abismo do memorando não levará Portugal a um caminho de recuperação nacional. Em choque com a Lei Fundamental, este é um governo ilegítimo, que deve ser afastado. O Bloco de Esquerda defende a realização de eleições antecipadas. Em vez de ilusionismo e mau espetáculo, como o que o congresso do CDS ofereceu às vítimas da sua política, o país precisa de exercer o direito à escolha democrática. Uma coligação que conduziu o país a este estado, perdeu legitimidade para governar o país no pós-troika. É necessário devolver a palavra aos portugueses.

5. CONFERÊNCIA NACIONAL REFORÇA O BLOCO E PREPARA EUROPEIAS

A Mesa Nacional convocou para os próximos dias 15 e 16 de fevereiro uma Conferência Nacional com vista a debater as formas de enraizamento e intervenção do Bloco, bem como a orientação do partido nas próximas eleições europeias. Na sequência dessa Conferência, a Mesa voltará a reunir-se para deliberar sobre estes temas. No momento em que se abre o ciclo eleitoral das europeias, a Mesa Nacional sublinha a importância dos debates da Conferência Nacional e exorta os aderentes à participação.

Considerando a imperiosa necessidade de romper com a política de austeridade que destrói a economia, gera desemprego e emigração, empobrece o país, esmaga os direitos sociais, agrava as condições de vida dos trabalhadores, espoliando-os de parte substancial dos rendimentos do seu trabalho a favor do capital financeiro, a Mesa Nacional reafirma o empenho aberto e militante do Bloco no sentido de contribuir para congregar vontades mobilizadas e mobilizadoras que reforcem a ação

política à esquerda e alavanquem a construção de uma alternativa combativa e credível à austeridade e permita uma inversão na política económica e social favorável aos trabalhadores.

A Mesa Nacional reafirma a sua disponibilidade para, de forma ampla, aberta e participativa, construir uma plataforma programática coerente e consequente que corporize uma candidatura às Europeias, como primeiro passo para a construção de uma verdadeira alternativa de esquerda.

6. O Bloco apela e mobiliza para a participação nas concentrações e desfiles convocados pela CGTP para o dia 1 de Fevereiro, nas diversas capitais de distrito.

7. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda manifesta a sua solidariedade com mais de uma centena de trabalhadores precários despedidos pela concessionária da Linha Saúde 24. Estes despedimentos são uma clara retaliação pela luta determinadas destes trabalhadores e, em particular, pelo exercício do direito à greve que, no passado dia 4 de Janeiro, teve a adesão da grande maioria destes enfermeiros e enfermeiras. Este despedimento é um exemplo flagrante da impunidade com que o patronato delinquente pretende atuar hoje em Portugal, embalado pela degradação da legislação laboral e pela política de desemprego. Este crime contra a democracia não pode ficar impune.

No prosseguimento da luta, os trabalhadores da Linha Saúde 24 estão hoje, novamente, em paralisação, mantendo uma luta firme apesar das brutais retaliações. Contam com a solidariedade do Bloco de Esquerda, pela reintegração dos despedidos, pelo fim da precariedade na Linha Saúde24 e pelo direito à organização e à greve.

8. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda manifesta a sua solidariedade com a luta dos Estivadores, com greve marcada para os dias 27 de janeiro a 10 de fevereiro, em Lisboa, Setúbal, Sesimbra e Figueira da Foz, contra a desregulação laboral e salarial e a substituição de trabalhadores efetivos por precários, de trabalhadores portuários qualificados por estranhos ao setor, e em defesa da contratação coletiva (CCT). Do mesmo modo, o Bloco está solidário com os controladores aéreos (NAV) que paralisam entre os dias 8 e 12 de fevereiro, contra o desmembramento da empresa e a perda da soberania sobre o “céu aberto” para a União Europeia.

9. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda considera que os cortes brutais na investigação científica e as declarações da área do Governo de que a Ciência deve estar estritamente ao serviço da economia que existe, constituem um dos piores exemplos do projeto ideológico de destruição do sistema científico amplo e democrático. O Bloco empenha-se na luta por um sistema de investigação desenvolvido e que não dependa de quaisquer interesses económicos.

A Mesa Nacional saúda todos os que, no passado mês de dezembro, contribuíram para que a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC) do ministro Crato não se realizasse, e reafirma a sua solidariedade com a luta dos professores contra a PACC que em nada contribui para a qualidade do ensino público.

(Resolução aprovada por maioria, com 2 votos contra e 11 abstenções)